

## Entrevista com Marco Aurélio Nogueira

por Gimima Silma e Otávio Rios



Foto: Marco Aurélio Nogueira  
Núcleo de Estudos e Análises  
Internacionais-NEAI /  
IPPRI-UNESP  
Site pessoal: [https://  
marcoanogueira.pro/](https://marcoanogueira.pro/)

Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1972) com Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983) e Pós-doutorado na Universidade de Roma, Itália (1984-1985), o Professor Marco Aurélio Nogueira é Livre-docente e Professor Titular pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, PUC-SP, Unicamp) e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais – NEAI, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI da UNESP, instituição da qual foi Coordenador Executivo (2012-2015).

Tradutor de obras de Norberto Bobbio e Antônio Gramsci e autor de numerosos ensaios e livros, dentre os quais *Em Defesa da Política*, Ed. SENAC (2001), *Um Estado para a Sociedade Civil*, Ed. Cortez (2004), *Potência, limites e seduções do Poder*, Ed. Unesp (2008) e *As ruas e a democracia*, Ed. Contraponto (2013), o professor Marco Aurélio Nogueira é ainda colunista do jornal *O Estado de São Paulo* e aceitou o convite dos organizadores da *ContraCorrente* em conceder uma entrevista para essa edição.

As questões formuladas pelos organizadores, professores Gimima Silma e Otávio Rios, vinculam-se tanto ao escopo desse projeto editorial da *ContraCorrente*, sobre “Cultura, Identidade, Cidadania e Relações de Poder”, quanto à linha de atuação do Observatório da Cidadania e Relações de Poder, que responde em parte pela veia extensionista do

PPGICH desde agosto de 2018. Assim, o que segue abaixo é uma excelente análise da cena política vivenciada pela sociedade brasileira na atualidade que, sempre envolta nas relações de poder, não deixa de expressar o caráter muitas vezes simbólico das visões que a sociedade constrói sobre esse campo e o exercício da cidadania.

***1. Em seu livro “Em Defesa da Política”, o senhor afirma que a política se distingue em três: a política dos cidadãos, a política dos políticos e a política dos técnicos, sendo que a primeira necessitaria de um processo contínuo de formação. Qual a esfera da sociedade que, em sua opinião, poderia protagonizar este processo e por quê?***

Na verdade, todas as três formas de política necessitam de processos contínuos de formação, só que com diferentes enfoques e intensidade. A capacidade de pensar politicamente – quer dizer, de valorizar a comunidade e os interesses gerais, de compreender os complexos mecanismos do poder, de analisar as circunstâncias e os atores, de apreender as determinações do fenômeno estatal – nasce e se repõe em conformidade com a qualidade dos ambientes em que se vive e atua. A escola, do primeiro ao terceiro grau, fornece os elementos básicos gerais, válidos para todos. O que há de ensino cívico, de ensino da língua e da história, nela é essencial para que o cidadão se forme politicamente. Os políticos, por sua vez, não estão prontos de uma vez por todas. Muitos chegam à atuação parlamentar, por exemplo, sem o devido preparo, e vivem a política como carreira profissional, trampolim para outros cargos ou para representarem interesses localizados, sem qualquer visão de Estado. Nesse ambiente, os partidos políticos, com suas instituições, desempenham papel crucial, seja para selecionar candidatos, seja para dar aos eleitos os elementos de formação de que necessitam. Por fim, os técnicos não precisam ser exclusivamente técnicos, burocratas sem paixão, rotineiros, fechados em seu saber. Os melhores deles, na verdade, caracterizam-se por pensar politicamente e agir de acordo com quadros de referência que vão muito além das especializações que detém.

Em suma, a política dos políticos, a política dos técnicos e a política dos cidadãos precisam ser concebidas como distinções que se completam. Quanto mais estiverem integradas, melhor para o Estado e a sociedade. O debate público democrático é a principal instância que consolida essa integração.

Fechar os olhos para esse universo complexo é cometer a mesma imprudência do presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, que vê na “classe política” o grande problema do Brasil, o fator que o impediria de governar. Ele parece pressupor que o ideal seria um sistema de governo sem políticos, com tudo subsumido ao Poder Executivo.

Um sistema político sem políticos, ou com políticos amordaçados, não é democrático, nem faz sentido. Quem negociaria as leis, quem faria as intermediações e promoveria a necessária “circulação” entre eleitos e eleitores? O presidente conhece o sistema, está nele há três décadas, beneficiou-se com ele e gostou tanto dele que ajudou a promover a eleição de seus três filhos mais velhos, que também se tornaram homens do sistema. Nenhum dos varões da família se destacou, permaneceram todos na periferia, cuidando dos próprios interesses e se dedicando até mesmo a alguns trambiques, que agora veem a público. Políticos são como o ar que se respira, não podem faltar. Quando de boa qualidade, revitalizam os organismos, ajudando-os a achar o rumo. Quando ruins, intoxicam e paralisam. Toda democracia que se preze deve conter mecanismos de permanente qualificação dos políticos, dos representantes, a começar da valorização da escola básica e do ensino superior até chegar aos partidos políticos, principais escolas de educação política. O problema, portanto, é maior do que “a classe política”.

*2. Nos últimos meses, temos observado inúmeras críticas feitas à atuação do Ministério da Educação (MEC), entre as quais o contingenciamento de verbas para as universidades federais e o combate aos ditos “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”. No dia 15 de maio de 2019, setores insatisfeitos com a atual política para Educação, Ciência e Tecnologia em nosso país protagonizaram uma mobilização de alcance nacional. Como é possível relacionar as manifestações do presente com as de junho de 2013?*

Em 2013, a pauta era múltipla e não hierarquizada; em 2019, o foco na educação estruturou as manifestações. Em 2013, o protesto dirigia-se ao sistema político e aos governos como um todo; em 2019, dirigiu-se diretamente ao governo federal e ao Ministério da Educação. O que houve de comum foi, antes de tudo, a presença dos jovens e, depois, a mobilização pelas redes e com independência dos partidos. Estamos em outro momento, de maior desorganização e de muita frustração. As manifestações de agora refletiram isso e foram uma importante reação ao despreparo e às provocações grosseiras feitas pelo ministro da educação.

*3. Há um discurso recorrente de que o jovem brasileiro não gosta de política. Contudo, tanto em 2013 quanto em 2019, parcela significativa dos manifestantes era composta por jovens. Como o senhor enxerga o relacionamento da juventude brasileira com a política nacional?*

O jovem é um ser político por definição, sempre foi. Seu estado natural é de contestação, de questionamento, e é por essa via que ele está sempre se ligando à política, ainda que

nem sempre o faça de modo integrado à institucionalidade política. Não há “desinteresse” da juventude pela política. O que há é expectativa de que a política saia da redoma em que se encontra, sob controle de políticos profissionais e de partidos com pouca representatividade. Os jovens, assim como os demais cidadãos, não têm poderes ilimitados para fundar uma nova modalidade de política. Por isso protestam, podendo dar a impressão de que estão fugindo da política. É um erro achar que não gostam de política.

***4. Nesta última década viu-se um crescimento no uso das redes sociais como forma de propagar o discurso político e eleitoral. Em sua opinião, como podemos compreender esse fenômeno que, conforme os resultados dos últimos processos eleitorais, deve ganhar ainda mais protagonismo nos próximos pleitos?***

Se a vida cotidiana está impregnada de tecnologia e se viabiliza com ela, seria estranho se a política permanecesse alheia, sem ser afetada pelo uso intensivo dos gadgets, dos celulares e computadores. A vida em redes faz com que a política também seja praticada em redes, o que a amplia e a requalifica. Abre-se uma fase de adaptação e ajuste, com uma crise de saberes instituídos, formas de comunicação e linguagens, o que gera muita confusão e muita procura por renovação. Um dos efeitos é que a política deixa de pertencer aos políticos profissionais: todos passam a com ela se envolver. Do mesmo modo, a opinião pública passa a ser formatada por outros caminhos, não só via os meios de comunicação tradicionais (jornais, rádio e tv), ainda que esses permaneçam importantes.

É um fato que o protagonismo das redes e das tecnologias de informação crescerá. O importante será investigar como isso se dará, se ficaremos com a introdução de novas “formas” na prática política ou se junto com isso haverá também uma reformulação dos “conteúdos” da política. Em outras palavras, teremos de ver de que maneira a política tecnológica beneficiará a democracia e como se relacionará com a política institucionalizada. Um tuíte aqui, outro acolá, *lives* constantes, podem agitar e mobilizar, mas não contém em si mesmos a solução para os problemas políticos. Em boa medida, flutuam sobre a sociedade.

***5. Em sua opinião, como se poderia explicar essa relação de animosidade explicitada nas declarações do atual governo em relação ao papel desempenhado pelas Ciências Humanas sobretudo nas Universidades?***

A animosidade governamental contra as Ciências Humanas é uma demonstração de preconceito e sobretudo de ignorância. Preconceito porque se atribui às áreas de Humanas um estatuto que não corresponde à realidade: elas são vistas como focos de

“subversão marxista”, coisa que nem de longe são. E ignorância porque o governo não sabe o que fazem os profissionais das Humanidades, nem dentro das universidades, como professores e pesquisadores, nem fora das universidades, no mercado de trabalho. É algo inacreditável que, no final da segunda década do século XXI, ainda tenhamos que enfatizar o óbvio: não pode haver conhecimento científico digno do nome, nem educação digna do nome, sem a incorporação das Humanidades. Além do mais, elas valem por si, como fatores fundamentais na formação cívica dos cidadãos, no ensino da língua e da literatura, no estímulo para que se veja o Brasil como um país de diversidade cultural, no oferecimento de elementos para que se consiga compreender a desigualdade social, a violência, a corrupção que nos assola, a agressão contra a natureza.

Uma coisa é haver um plano educacional estratégico que preveja um reforço nas áreas exatas e tecnológicas, por exemplo, decisivas para o crescimento econômico. Coisa bem diferente é defender que isso seja feito em detrimento das Humanidades, como se essas não tivessem valor e não pudessem funcionar de modo integrado às demais áreas.

***6. Em um passado não tão distante o Brasil despontava como um dos principais players no cenário global. Pensando nisso, como o senhor analisa a relação entre a universidade brasileira e o posicionamento do Brasil neste atual cenário de relações internacionais?***

O mundo atual está conectado pelo conhecimento. Mesmo a economia internacional depende sempre mais de saberes que se incorporam à produção. A relevância de uma economia no cenário global depende da capacidade que ela tiver de produzir máquinas que produzam máquinas, não somente de produzir mercadorias ou commodities. Os grandes *players* atuais não são somente grandes mercados nacionais de consumo, com uma oferta abundantemente de força de trabalho. Podem se beneficiar, é evidente, do tamanho de seu território e de sua população, de seus recursos naturais e de sua criatividade cultural, mas o fator que decide é a inteligência aplicada, a capacidade de produzir e gerir ciência e tecnologia.

Deste ponto de vista, a universidade tem uma função importantíssima. Ela e a escola em geral, aliás, porque a tendência é que toda e qualquer atividade produtiva será daqui para frente impulsionada pela inteligência, pela capacidade de buscar e processar informações e conhecimentos. O ensino técnico será tão importante quanto o universitário. A universidade, porém, continuará a se distinguir como *locus* da produção científica, da formação em nível superior. Não é razoável que se imaginem *players* globais que não possuam boas estruturas universitárias.

*7. Para finalizar, gostaríamos de sua análise sobre os primeiros meses do atual governo, sobretudo no tocante a ações relacionadas à manutenção de garantias constitucionais de cidadania.*

São meses de espanto e preocupação. Na verdade, o País não tem propriamente um governo, um governo que governe e forneça diretrizes à sociedade. Enquanto o atual grupo no poder se mantiver dentro do espírito da Constituição, não haverá maiores ameaças efetivas à cidadania. Mas a retórica agressiva e desrespeitosa, certas atitudes governamentais e decisões extemporâneas (como as associadas ao uso das armas, por exemplo) farão com que as garantias sejam postas em xeque o tempo todo. Além do mais, um governo que não governa – ou que governa de maneira trôpega, com base em ódios e ressentimentos – termina por destruir mais do que construir e, nessa medida, vai soterrando práticas e instituições com as quais o País se organizou ao longo do tempo. O estrago que causa é enorme. Governos desse tipo dão maus exemplos aos cidadãos, deseduca-os.

É importante recuperarmos rapidamente o processo que nos trouxe até o ponto em que estamos hoje.

Em 2018, o Brasil estava com o sistema político abrindo falência, a sociedade mostrava claro apetite anti-establishment, com a situação econômica em franca piora, muito desemprego, etc. Nesse quadro, as correntes democráticas e de esquerda privilegiaram mais as diferenças entre elas e deixaram campo aberto para a ascensão vitoriosa da extrema-direita. Mostraram incompetência e ausência de visão estratégica. Algumas seguiram a carreira-solo para buscar autoafirmação, outras para tentar conter o desgaste, outras ainda para perseguir uma revanche redentora. Cada uma a seu modo, prepararam o terreno para a eleição de Jair Bolsonaro, sem conseguir compreender as razões de sua progressiva afirmação.

A extrema-direita vitoriosa chegou ao poder espumando ódio e ideologia por todos os poros, disposta a promover a eliminação da esquerda e de suas filosofias, transformando os democratas progressistas (liberais, socialistas) em inimigo, criminalizando gays e feministas em nome de uma imprecisa moralidade regressista. Estigmatizou a política, os políticos e seus partidos. Menosprezou o ritmo democrático, os freios e contrapesos da República, sempre apelando à sociedade para atacar o "sistema".

A República passou assim a conviver com uma democracia sacudida por frêmitos e arroubos autoritários, pelo desgoverno, pela desorganização da representação parlamentar e pelo funcionamento errático do Poder Judiciário. A situação ficou ainda pior porque o governo eleito não demonstra ter desejo de governar. Não consegue governar por falta de ideias, apoios políticos e pessoal qualificado. E não quer governar por opção, pela

escolha da hostilidade como procedimento, quer dizer, pela preocupação em manter o atrito e a polarização tanto para alimentar sua sectária base de sustentação, quanto para erguer uma cortina de fumaça que esconda sua inoperância governativa.

A hostilidade como procedimento é um método de governo. Cria crises e inimigos para a eles atribuir as dificuldades do governo e, ao mesmo tempo, para agregar sua base mais fanatizada. A culpa seria sempre da “velha política”, ou dos “marxistas”.

A hostilidade como procedimento foi capaz de manter o governo em campanha, mas não faz com que ele governe. E o governo foi frustrando seus apoiadores, decepcionando a sociedade e o mercado, exibindo uma incapacidade assustadora de fazer o básico, chocando-se com os demais poderes, sem alcançar um mínimo razoável de coordenação e articulação.

Um governo sem desejo e sem capacidade de governar alimenta de modo irracional a crise – a econômica e a ético-política. Corrói a República, esvaziando os mecanismos que a dignificam, a começar da atividade política.

Cinco meses após seu início, o País que se tem é pior do que o País que havia. A superação do estrago continua a depender da política e os atores democráticos necessitam entrar em cena. No mínimo para impedir que a crise institucional emergente se desdobre em uma ruptura, que só interessaria às alas ideológicas e truculentas do bolsonarismo.